



UNICAMP

1 Aos três dias do mês de abril do ano dois mil e três, às quatorze horas, nas
2 dependências do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas,
3 reuniram-se para realizar a **113ª Reunião Ordinária** da Congregação do
4 Instituto de Artes, sob a presidência da Profa. Dra. **Helena Jank** a qual justifica
5 a ausência dos Professores: **Sara Pereira Lopes** (Diretora Associada), **João**
6 **Francisco Duarte Júnior** (Chefe do Departamento de Artes Plásticas) e **José**
7 **Roberto Zan** (Representante Titular MS-3 – DM). Presentes os professores:
8 **Eusébio Lobo da Silva** (Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação/IA), **Lúcia**
9 **Eustáchio F. Ribeiro** (Representante dos Coordenadores dos Cursos de
10 Graduação/IA), **Mauricy Matos Martin** (Chefe do Departamento de Música),
11 **Fernando Cury de Tacca** (Chefe do Departamento de Multimeios), **Roberto**
12 **Berton de Ângelo** (Chefe do Departamento de Artes Corporais), **Rubens José**
13 **Souza Brito** (Chefe do Departamento de Artes Cênicas), **Heloísa Cardoso V.**
14 **Carvalho** (Representantes Titular MS-1 – DAC), **Celso Luiz D’Angelo**
15 (Representante Titular MS-2 – DAP), **Vicente de Paulo Justi** (Representante
16 Titular MS-2 – DM), **Holly Elizabeth Cavrell** (Representante Titular MS-4 – DACO);
17 **Paulo Bastos Martins** (Representante Titular MS-6 – DMM); Servidores Técnico-
18 Administrativos: **Vivien Helena de Souza Ruiz**, **Celso Augusto Palermo**, e **Ignácio**
19 **Gongora Neto**; Discentes: **Carlos Eduardo Canhameiro**, **Sérgio José Venâncio**
20 **Junior**, **Gustavo Oliveira A. Assis**, **Gabriel Sampaio S. L. Rezende** e **Pablo Y**
21 **Castro**. A **Sra. Presidente** pede ao plenário disciplina no decorrer da reunião,
22 apesar de não ser aplicada a restrição ao tempo de intervenções,
23 possibilitando que todos possam falar sem prejuízo do andamento normal das
24 discussões. Portanto, para que alguém que não seja membro de nossa
25 Congregação possa fazer uso da palavra, esta deve ser solicitada por um
26 membro da congregação e o uso da palavra deve ser autorizado pela mesa.
27 É evidente que a mesa não terá dificuldades em autorizar, mas o
28 procedimento deve ser este. É uma formalidade, mas que garante a
29 tranqüilidade das discussões. E, conforme consta do Regimento do CONSU
30 que é o que a gente obedece na falta de regulamentação própria, falas no
31 expediente não devem ultrapassar três minutos e que, por experiência, é
32 tempo suficiente para se falar o que se tem a dizer. E na Ordem do Dia o limite
33 das falas é de cinco minutos. A **Sra. Presidente** traz ainda alguns informes: a
34 pedido da Profa. Adriana Kayama, comunicado de que a aluna Elizabete
35 Almeida, do Curso de Graduação em Música, foi semi-finalista no VI Concurso
36 Brasileiro de Canto “Maria Callas” realizado em Jacareí de 23 a 30 de março.
37 A Congregação parabeniza a aluna. Houve um Concurso para contratação
38 de professor para o Curso de Arquitetura, na disciplina Desenho Industrial, e
39 por um problema no Edital, problema este que não é de nossa

40 responsabilidade, mas sim da Secretaria Geral, o prof. Que venceu em
41 primeiro lugar não pode ser contratado por ser aposentado. Esta restrição só
42 ficou clara depois que o concurso tinha ocorrido, no momento da entrega dos
43 documentos do professor aprovado. Este professor não pode, portanto ser
44 contratado, o que atrasou a contratação de professor para a disciplina
45 citada. Com as aulas já em curso e com prejuízo de cerca de seis aulas para
46 os alunos, nós apressamos a contratação do prof. Gallo que é o segundo
47 colocado no concurso na forma de uma Contratação Emergencial até que a
48 universidade resolva o que fazer com este concurso. Há uma preocupação
49 muito grande dos alunos com relação a esta disciplina, o que me fez trazer
50 este assunto para ciência da Congregação para informar que o Prof. Gallo
51 iniciou as aulas hoje se comprometendo a repor as aulas perdidas para não
52 prejudicar o semestre letivo. Haverá eleição para o CONSU nos dias 07 e 08 de
53 maio e as inscrições de candidatos estão abertas até o dia 08 de abril na
54 Secretaria Geral. A Sra. Presidente lembra, aos colegas docentes, da
55 importância do IA estar representado nos Colegiados da Administração
56 Superior. O Voto nestas eleições é obrigatório. Apresenta ainda à
57 Congregação o Projeto "Politeama brasileiro da Opereta e do Trololó",
58 encaminhado a FUNCAMP para obtenção de recursos. É proposta de
59 integração das atividades práticas de dois Projetos de Pesquisa: Rigor e
60 Improviso no Popular Teatro Musical Brasileiro, da Profa. Neyde Veneziano e Do
61 Canto Popular e da Fala Poética, da Profa. Sara Lopes - este projeto
62 contemplado com auxílio da FAPESP e bolsa produtividade do CNPq. Este
63 projeto, uma vez aceito pela Funcamp, deverá voltar para análise da
64 Congregação antes de prosseguir sua tramitação. Dando início formal a
65 Reunião, a Sra. Presidente coloca em análise a ata da 112ª Reunião Ordinária
66 da Congregação. **Em discussão: Em votação: APROVADA. EXPEDIENTE: Celso**
67 **Palermo:** Tenho um informe rápido. A Secretaria de Cultura de Campinas está
68 organizando um senso cultural da Cidade e Região. A partir de 02 de abril
69 deve estar disponível no site da prefeitura um formulário para produtores e
70 entidades culturais se cadastrarem. Isso vai servir para se definir novas políticas
71 públicas em função deste senso cultural, portanto é de interesse da
72 Congregação do Instituto de Artes. Terão impressos no teatro Castro Mendes e
73 outros órgãos da prefeitura. Há ainda um **expediente** na Pauta
74 Complementar, que diz respeito a numeração da última Reunião
75 Extraordinária da Congregação. A 62ª Reunião Extraordinária ocorreu em
76 19/11/2001, portanto a última de 09/12/2002 deve ser considerada 63ª Reunião
77 Extraordinária. É apenas uma correção na numeração das Reuniões
78 Extraordinárias. Dando prosseguimento a reunião, a **Sra. Presidente** esclarece
79 que o Parecer da Procuradoria Geral a respeito dos Cursos de Extensão consta
80 da Pauta Complementar mas não faz parte da Ordem do Dia. É apenas um
81 anexo que não estava de posse da Secretaria no momento da montagem da
82 pauta da reunião. Antes de passar para a Ordem do Dia, a Sra. Presidente
83 coloca em votação a inclusão de três assuntos fora de pauta. São eles:

84 Credenciamento do Prof. Dr. JOSÉ EDUARDO RIBEIRO DE PAIVA como Professor
85 Pleno, junto ao Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Elaboração
86 Catálogo Graduação – 2004 – Midialogia e Admissão do Prof. Mário Campos,
87 MA I -A/RTC, aprovada em processo seletivo em caráter emergencial, até
88 31/12/2003, em vaga de Paulo Braga Guimarães – demissionário em
89 05/março/2003. **EM VOTAÇÃO: APROVADA** a inclusão. **ORDEM DO DIA:** A **Sra.**
90 **Presidente** consulta ao plenário se há destaque a algum item da Ordem do
91 Dia e dos itens adendados, sendo que o item 01 conta com destaque
92 obrigatório da Mesa. São destacados ainda os itens 02, 03, 08, 09, 10, 11, 12, 13
93 e 14, e itens 02 e 03 da pauta complementar. Em análise os itens não
94 destacados: **EM VOTAÇÃO: APROVADOS.** A saber: **Item 04** - Abertura de
95 Seleção Pública, Professor Doutor, Categoria MS-3 da PE, em RTP, Área de
96 Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo, disciplina: AP120 –
97 Teoria e Projeto X: Interiores – Vaga oriunda de recursos da Implantação do
98 Curso de Arquitetura e Urbanismo, **Item 05** - Abertura de Seleção Pública,
99 Professor Doutor, Categoria MS-3 da PE, em RTP, Área de Arte e Tecnologia,
100 disciplina: AP315 – Informática Aplicada V: Multimídia – Vaga oriunda de
101 recursos da Implantação do Curso de Arquitetura e Urbanismo; **Item 06** -
102 Abertura de Seleção Pública, Professor Doutor, Categoria MS-3 da PE, em RTP,
103 Área de Processo Criativo em Composição Artística - disciplina: AP415, AP515 e
104 AP615– Escultura I, II e III ; **Item 07** - Abertura de Processo Seletivo, na Carreira
105 do Magistério Artístico, Professor Associado, Nível MA-II D, PE em RTC, Área de
106 Processo Criativo em Composição Artística - disciplina: AP100, AP200 e AP300 –
107 Práticas de Oficina I, II e III, em vaga ocupada pelo Prof. Márcio Perigo
108 (contrato emergencial); **Item 15** - Elaboração Catálogo Graduação – 2004
109 Curso: Artes Cênicas; **Item 16** - Elaboração Catálogo Graduação – 2004 Curso:
110 Dança; **Item 17** - Elaboração Catálogo Graduação – 2004 Curso: Educação
111 Artística; **Item 18** - Elaboração Catálogo Graduação – 2004 Cursos: Música
112 Popular, Música – Instrumentos e Música – Composição e Regência; **Item 19** -
113 Relatório Trienal de Atividades do Prof. Dr. Fernando Cury de Tacca referente
114 ao período de 01/10/1999 a 30/09/2002; **Item 20** - Relatório Trienal de
115 Atividades do Prof. Dr. Adilson José Ruiz referente ao período de 01/09/1999 a
116 31/08/2002; **Item 21** - Mudança de Regime de Trabalho da Profa. Dra. Maria
117 José de Azevedo Marcondes de RTC para RDIDP; **Item 22** - Mudança de
118 Regime de Trabalho da Profa. Dra. Marília Machado Brandão Curi de RTC para
119 RDIDP; **Item 23** - Recredenciamento do Prof. Dr. Fernando Cury de Tacca,
120 como Professor Pleno, junto ao Programa de Pós-Graduação em Multimeios;
121 **Item 24** - Recredenciamento do Prof. Dr. Adilson José Ruiz, como Professor
122 Pleno, junto ao Programa de Pós-Graduação em Multimeios; **Item 25** -
123 Recredenciamento da Profa. Dra. Inacyra Falcão dos Santos, como Professor
124 Pleno, junto ao Programa de Pós-Graduação em Artes; **Item 26** -
125 Recredenciamento da Profa. Dra. Elisabeth Bauch Zimmermann, como
126 Professor Pleno, junto ao Programa de Pós-Graduação em Artes; **Item 27** -
127 Parecer contrário a revalidação de Diploma de Rosa Maria Tolon Marin –

128 Doutorado em Música; **Item 28** - Parecer favorável a revalidação de Diploma
129 de Rodrigo Calvo Morte – Mestrado em Música; **Item 29** - Relatório Final de
130 Estágio das alunas Simone de Arruda Peixoto e Dayene Mari dos Santos junto
131 ao SESC/Campinas; **Item 01 (Pauta Complementar)** - Parecer favorável à
132 Revalidação de Diploma de Esdras Rodrigues Silva – Doutorado em Música;
133 **Item 04 (Pauta Complementar)** - Relatório Trienal de Atividades do Prof. Dr. Ivan
134 Santo Barbosa referente ao período de 01/04/1999 a 31/03/2002; **Item 01 (fora**
135 **de pauta)** - Credenciamento do Prof. Dr. José Eduardo Ribeiro de Paiva como
136 Professor Pleno, junto ao Programa de Pós-Graduação em Multimeios; **Item 02**
137 **(fora de pauta)** - Elaboração Catálogo Graduação – 2004 – Midialogia; **Item 03**
138 **(fora de pauta)** - Admissão do Prof. Mário Campos, MA I -A/RTC, aprovada em
139 processo seletivo em caráter emergencial, até 31/12/2003, em vaga de Paulo
140 Braga Guimarães – demissionário em 05/março/2003. Passa-se, portanto, a
141 apreciação dos itens destacados: **Item 01:** Minuta de Portaria Interna
142 Constituindo a Comissão Organizadora da Consulta à Comunidade para a
143 Direção/IA: A Sra Presidente esclarece que o destaque era obrigatório por
144 tratar-se de uma proposta de portaria que deve ser apreciada e completada
145 pela Congregação. As datas propostas foram pensadas a partir dos prazos
146 necessários para cada passo. Para cada votação são necessárias 24 horas de
147 interstício para que a Comissão Organizadora divulgue os resultados e 12 horas
148 para recebimento de possíveis recursos. Estes cálculos foram feitos e
149 apresentamos esta proposta que vocês têm em mãos. **Em discussão: Celso**
150 **Palermo:** Com relação a proposta da Comissão Organizadora da Consulta,
151 quero propor que ela seja definida com 2 representantes de professores, 2
152 representantes de alunos e 2 representantes de funcionários – pelo menos a
153 comissão poderia ser paritária. No artigo 6, acredito que há um erro, pois fala
154 que no segundo turno pode-se votar apenas no nome de 1 dos 3 candidatos
155 mais votados no primeiro turno. Não seriam dos 2 mais votados? A praxe de
156 segundo turno é esta. **Sra. Presidente:** Com relação ao segundo turno é
157 evidente que houve um erro. Vão dois candidatos ao segundo turno. No que
158 diz respeito a Comissão, o fato de propormos 4 docentes não é uma posição
159 contrária a uma comissão paritária, mas reflete uma preocupação de que
160 todos os departamentos estejam contemplados, sendo que nós fundimos o
161 departamento de Artes Cênicas e Corporais para um representante do
162 Paviartes. Houve também a preocupação de que a carreira do Magistério
163 Artístico se fizesse representar, por isso que na proposta, uma das vagas não
164 tem escrito doutor. Eu coloco em discussão esta questão. **Vivien Ruiz:** Eu quero
165 discutir a possibilidade do calendário oficial da eleição prever um debate
166 entre os candidato. Que a instituição IA promova o debate para que a
167 comunidade conheça os candidatos e suas propostas, e mesmo se for apenas
168 um candidato, que possamos conhecer suas propostas. É uma maneira de
169 democratizar a consulta. Estou propondo dia 28 de maio, que é uma semana
170 após o final das inscrições e uma semana antes da eleição, ao meio dia, no
171 Auditório do IA para incluir toda a Comunidade do instituto. **Celso Palermo:**

172 Apareceu uma proposta alternativa que é de formarmos a comissão com 3
173 representantes de cada segmento. **Sra. Presidente:** A mesa retira a proposta
174 de outra constituição. Encaminho a votação da proposta do Celso. Não
175 havendo objeção vamos definir os nomes. Quanto a representação docente,
176 fica garantida a participação de pelo menos um professor da carreira MA. Os
177 alunos Carlos Canhameiro, Sergio Venâncio e Catarina Gandim estão se
178 dispondo a participar. Há a indicação dos funcionários Celso Palermo, Ignácio
179 Neto, Silvia Ceccatto e Josias Prado. Há a indicação dos professores José
180 Armando Valente, Rafael dos Santos, Márcio Tadeu, Paulo Kühll e Claudiney
181 Carrasco. Em votação os nomes dos alunos para a comissão: APROVADOS.
182 Entre os funcionários, temos dois voluntários que são Celso e Neto, então
183 vamos proceder a votação apenas entre Silvia e Josias que foram indicados.
184 Em votação os nomes Celso e Neto para a comissão: APROVADOS. Em
185 votação o terceiro nome dos funcionários: Josias: 12 votos; Silvia: 4;
186 abstenções: 3 . O Josias, portanto é o terceiro nome de funcionários na
187 Comissão Eleitoral. Entre os professores, temos a indicação do Prof. Márcio
188 Tadeu como único representante da Carreira MA. Em Votação o nome do
189 Prof. Márcio Tadeu: APROVADO. Em votação os demais professores indicados:
190 Prof. José Armando Valente: 8 votos; Prof. Paulo Kühll: 1 voto; Prof. Rafael dos
191 Santos: 9 votos; Prof. Claudiney Carrasco: 6 votos. APROVADOS os nomes dos
192 Profs. José Armando Valente e Rafael dos Santos como titulares e professores
193 Claudiney Carrasco e Paulo Kühll suplentes. A constituição da Comissão
194 Organizadora é: Prof. José Armando Valente, Prof. Rafael dos Santos, Prof.
195 Márcio Tadeu, Celso Palermo, Ignácio Neto, Josias Prado, Carlos Canhameiro,
196 Catarina Gandim e Sérgio Venâncio. A Sra. Presidente lembra que é
197 necessário ainda definir a presidência da comissão eleitoral. **Vivien:** Nós temos
198 um acordo com a Direção do Instituto pra eleição da nossa representação na
199 Comissão de Carreira dos funcionários, que tem dado muito certo que é, o
200 membro mais votado assume a presidência. Proponho este mesmo critério.
201 Que a partir da nossa votação anterior se verifique o mais votado para ser o
202 presidente da Comissão. Sra. Presidente consulta ao plenário se há mais
203 alguma proposta para a questão. Não havendo, em processo de votação o
204 nome do Prof. Rafael dos Santos para presidente da Comissão Eleitoral:
205 APROVADO. A Comissão Eleitoral fica encarregada de organizar o debate.
206 **Gabriel:** passa a palavra para **Paulo:** Quero apresentar uma questão de
207 Ordem. Gostaria de solicitar à mesa, que coloque em votação a Portaria, pois
208 até agora só se votou a constituição da Comissão Eleitoral. E neste sentido,
209 quero informar que o IFCH faz a Consulta paritária para sua Direção, digo isso
210 para que não se diga que não pode. Tanto pode que tem uma unidade que
211 o faz. Neste sentido, eu gostaria de sugerir que esta consulta no Instituto de
212 Artes se dê de forma paritária, que é a forma mais democrática pra se fazer
213 uma consulta e é uma experiência salutar pra esta unidade pois estaremos
214 dando uma demonstração de maturidade política se fizermos isso. Prof.
215 **Fernando Tacca:** Apresenta questão de Ordem para que se verifique no

216 Regimento da Congregação se Questão de Ordem pode ser levantada por
217 alguém que não é membro da Congregação. **Vivien:** Eu vou verificar no
218 regimento, mas quero já propor uma Questão de Ordem, enquanto membro
219 da Congregação, que nós discutamos, na Portaria Interna a possibilidade de
220 paridade pra consulta a Diretor. A Sra. Presidente coloca em discussão a
221 questão da paridade, informando que o IA sempre organizou suas consultas a
222 partir das regras estabelecidas pelo CONSU. **Celso Palermo:** Quero trazer um
223 dado pra ponderação. A última reformulação dos estatutos da Unicamp
224 propõe que os Institutos definam sua maneira de organização. O Instituto de
225 Artes optou por manter sua estrutura departamental enquanto outros optaram
226 por abolir a questão dos departamentos. Eu acho que nós temos, pelo próprio
227 estatuto, a responsabilidade e a competência para discutir esta questão – se
228 a consulta deve seguir o que dizem as instâncias superiores ou não. Neste caso
229 eu já gostaria de encaminhar minha opinião. É uma consulta; a Congregação
230 vai listar três nomes pra que o Reitor escolha um deles. Não vejo problema
231 algum na consulta ser paritária, mesmo porque é apenas uma consulta. Em
232 épocas anteriores prevaleceu a posição da reitoria, e a consulta garantiu o
233 nome que a comunidade escolheu, mas quem decide é o Reitor. Nós temos
234 inclusive que começar a pensar nisso. Se temos autonomia, se definimos nossa
235 estrutura administrativa, porque é o reitor que tem que definir quem é o diretor
236 da unidade. Fica o questionamento. Então não vejo problema algum em que
237 esta consulta seja baseada em 1/3, 1/3 e 1/3. Prof. **Eusébio Lobo:** Eu preferia
238 estar dançando. Sei que vou dançar, mas quero falar de um sentimento e
239 uma observação feita a pouco. Nós tivemos para a CPG/IA a inclusão dos
240 funcionários no colégio eleitoral. Durante este percurso eu fiquei em silêncio,
241 pois não sou eu o dono da verdade. Nós temos lá três funcionários e esta
242 discussão da paridade também foi feita durante este processo. Se pensarmos
243 o número de alunos que nós temos no instituto, o número de funcionários no
244 instituto e pensarmos o número de professores que temos no instituto numa
245 eleição que seja em pesos iguais, a gente pode também estar distorcendo a
246 proporção. Eu gostaria de trazer este dado pra reflexão. Se nós temos 1.000
247 alunos, 101 professores e 300 funcionários, se houver a paridade,
248 automaticamente, o número de votantes diferentes pode se estabelecer o
249 inverso daquilo que se propõe que é a paridade. Por isso eu penso que esta
250 discussão da paridade não pode ser feita de uma hora pra outra; ela tem que
251 ter um tempo pra ser pensada para que se atinja realmente o objetivo de se
252 encontrar a paridade. Por exemplo se fazendo cálculo de número de pessoas
253 em cada categoria para se atribuir um peso que seja real, e não um peso que
254 possa distorcer. A proposta já é distorcida como está agora, mas a gente
255 pode correr muito e fazer a distorção ao inverso. Prof. **Paulo Justi:** eu gostaria
256 que me corrigissem se eu estiver enganado, mas quando se fala em paridade,
257 é uma paridade proporcional ou paridade ponderada. Não é o número
258 absoluto de alunos. Este número forma uma proporção, o número de
259 professores outra, de tal forma que as três classes entrem com cem por cento

260 lá. Isso significa que numa eleição desta forma nós continuaríamos mantendo
261 as três urnas, até pra ter esta contagem e esta proporção. Eu gostaria de
262 convidar a todos que aproveitassem a oportunidade para refletir que é,
263 porque que a gente deve ser paritário. Eu tenho minha opinião, vou me
264 inscrever depois, mas quero ouvir primeiro. **Carlos Canhameiro:** passa a
265 palavra para **Zé Luiz:** Quanto a paridade, eu acredito que a democracia é,
266 antes de tudo, um exercício. É um aprimoramento das relações democráticas
267 entre as partes. É exercer um determinado poder numa instituição, que é
268 delegado pelo voto. Eu acho que tá mais do que na hora de que, dentro de
269 Instituto de Artes seja ampliado este poder pra todas as categorias. É claro que
270 os professores sempre tiveram mais, então acredito que, como exercício
271 democrático e como um processo de aprimoramento deste exercício
272 democrático; porque democracia é antes de tudo também uma crença e
273 uma tentativa de que as decisões atendam a maioria e sejam, por
274 conseguinte uma prova política de que o que era pedido tem importância, eu
275 acredito que é um passo fundamental e está mais do que na hora de
276 aprimorar este exercício; só dando este passo que a gente pode subir na
277 escada da democracia. **Vivien:** Eu quero defender a consulta paritária, mas
278 não porque é uma consulta. Defendo a paridade pra eleição pra Reitor.
279 Defendo a paridade em todos os lugares. Acho que isso mostra uma pré-
280 disposição de se equilibrar as forças e poder, realmente olhar o que pensa
281 cada uma das partes do inteiro. Por exemplo. Nós temos cerca de 90
282 funcionários e cerca de 90 professores. Se fôssemos pro voto universal
283 estaríamos equilibrados, mas não, a gente tá bem abaixo dos professores na
284 ponderação pela lógica de que professor é que manda na universidade, é
285 quem pensa na universidade. Nós temos muitos casos de professores que
286 exercem cargos de chefia, cargos de comando na universidade que diz pro
287 funcionário: faça, não pense. Você está aqui pra me obedecer, pra me servir.
288 É a velha história de chamar o funcionário de servidor ou não; isso dá até
289 arrepio, porque a gente sente na pele esta discriminação. Isso com relação a
290 funcionários. Com relação a alunos o argumento é que eles passam pela
291 universidade, a gente é que fica, então quem tem que estabelecer somos nós;
292 no máximo os funcionários, os alunos não. Mas os alunos é que estão
293 interessados na universidade; é pra eles que a universidade existe e a gente
294 tem que ouvir a voz dos estudantes. Considero o IA uma unidade
295 democrática, de frente, avançada, considero esta congregação muito
296 melhor que muitas outras da universidade e acho que a gente pode se prestar
297 e este exercício, como disse o Zé Luiz. Vamos experimentar desta vez. Daqui a
298 pouco, no momento de nova eleição a gente com certeza vai reavaliar isso e
299 dizer, foi legal, vamos manter ou não, vamos voltar pro que era antes. Vamos
300 dizer pros funcionários que eles constroem a Unicamp tanto quanto os
301 professores, vamos dizer pros alunos que nós valorizamos a estada deles na
302 universidade. Prof. **Paulo Justi:** Começando pelo servidor, porque eu gosto
303 desta palavra na medida que nós somos sustentados por dinheiro público,

304 então somos servidores sim da comunidade. Em relação a universidade eu
305 sou obrigado a dizer que eu penso que nós formamos aqui uma cidade e nós
306 somos os cidadãos desta cidade. E dentro desta cidade eu não consigo, não
307 posso imaginar que a gente tenha cidadãos de primeira classe, de segunda
308 classe e de terceira classe; e só a participação efetiva é que coloca os
309 cidadãos no mesmo nível e, portanto, eu imagino que não haja saída para
310 alunos e funcionários. Se não houver a paridade, que eles simplesmente não
311 participem. **Celso Palermo:** Só queria me explicar que, quando eu falo que é
312 só uma consulta, é pra dizer que a gente tem muita luta ainda pela frente,
313 porque todas as instâncias estão contaminadas com esta diferenciação.
314 Todos nós somos servidores mas existe uma discriminação quando se fala em
315 não-docente. A composição da Congregação, dos departamentos do
316 CONSU, da CADI, da CEPE, de tudo, é uma composição que é discriminatória.
317 E vamos falar claro, a questão é poder, é estarmos aqui juntos decidindo os
318 rumos desta universidade que é pública, que é sustentada por dinheiro
319 público. Então, longe de querer me alçar na competência de discutir um curso
320 de Pós-Graduação. Eu até tenho, porque sou professor fora daqui, tenho
321 formação acadêmica pra isso, mas a minha função aqui é ser jornalista,
322 fotógrafo; posso até um dia ser professor daqui, mas a questão não esta, é
323 que vamos decidir juntos os rumos desta universidade pública e todos tem que
324 ter o mesmo peso pra fazer esta discussão. Esta não é uma discussão
325 desassociada da sociedade, nós não estamos desassociados da sociedade,
326 nós fazemos parte dela, nós temos uma responsabilidade com esta sociedade
327 e todos os segmentos devem participar de igual pra igual. Por isso que eu
328 gostaria de reforçar a questão desta consulta ser paritária. Prof. **Fernando de**
329 **Tacca:** Eu fiquei surpreso, não esperava que esta proposta viesse a tona aqui
330 nesta congregação, esperava que esta discussão fosse mais aprofundada
331 dentro do Instituto de Artes pra que tivéssemos uma consciência profunda e
332 plena do que significa esta questão da paridade, eu acho que os mais antigos
333 aqui dentro do instituto já conhecem a minha posição de longa data, e muito
334 mais se reforça hoje esta posição tendo em vista que a universidade pública e
335 gratuita sofreu nos últimos anos uma pressão muito grande da globalização de
336 uma forma geral e da mercantilização do ensino que vem sendo proposta
337 pelos principais países desenvolvidos. Eu vejo que o que nós chamamos de
338 democracia tem que ser um jogo entre iguais. Tem que ser uma relação entre
339 iguais, porque aí se constrói também um jogo de responsabilidade. Como nós
340 podemos trazer à responsabilidade, o que o Paulo disse, que podiam ser
341 chamados de cidadãos de segunda classe. Perante a situação de hoje, onde
342 a universidade pública precisa estar mais unida do que nunca, não só por
343 causa disso, contra os desenvolvimentos ofensivos da mercantilização do
344 ensino, perante esta idéia de que a relação entre os iguais traz o jogo de
345 responsabilidade com muito mais veemência, ou seja os atores sociais estarão
346 diretamente responsabilizados perante as suas escolhas e terão de fazer
347 movimentos, ações para que esta escolha se efetive, se fiscalize ainda mais é

348 que eu venho há muito tempo defendendo uma consulta paritária, como
349 vocês bem sabem. A Sra. Presidente, chama a atenção para o fato de que os
350 representantes discentes da Congregação não se pronunciam, passando a
351 palavra para outros alunos que não fazem parte da Congregação, abrindo
352 mão, desta forma, de sua representatividade. **Carlos Canhameiro** passa a
353 palavra o **Paulo**: Nós temos que ficar contentes pelos argumentos que nós não
354 ouvimos aqui. Quando eu entrei nesta universidade se ouvia no meu
355 departamento argumentos do tipo, imagina que um funcionário analfabeto
356 pode ter o mesmo voto que um doutor, quem é da música lembra de ter
357 ouvido este argumento. O fato deste argumento não existir mais é uma
358 demonstração de maturidade, um passo a frente que esta Congregação está
359 dando. Dito isso, eu acho que nós temos agora uma grande oportunidade de
360 dar um passo a frente, porque a questão da paridade não é um assunto
361 recente desta universidade; eu não sei se tem algum tema na universidade
362 que é debatido a mais tempo do que a paridade. Talvez seja o assunto mais
363 discutido nesta universidade, ou seja, nós temos sim condições de estar
364 tomando esta decisão, temos condições de dar este passo a frente, e nós não
365 podemos nos omitir neste momento, não podemos nos recusar este papel.
366 Concordo que a questão da igualdade entre desiguais é complicada. Eu
367 pessoalmente gosto de algo melhor que a paridade que é o voto universal,
368 como já tem em algumas universidades, mas não é o que a gente ta
369 propondo aqui. A questão da paridade não elimina, em hipótese alguma, a
370 questão das diferenças entre as categorias, inclusive o voto dos docentes vai
371 continuar valendo dez vezes mais que o voto dos estudantes. Nós apenas
372 estamos estabelecendo a equivalência, não entre pessoas, mas entre
373 categorias e eu acho isso salutar principalmente pra nossa unidade. O Instituto
374 de Artes pode, com uma experiência importantíssima como esta, dar um salto
375 inclusive na sua própria unidade interna, pra que no futuro nós tenhamos mais
376 força dentro da universidade do ponto de vista institucional do Instituto de
377 Artes, esta é uma oportunidade que nós não podemos desperdiçar. É a
378 mensagem que eu quero deixar. A **Sra. Presidente** propõe a votação da
379 portaria, incluindo o calendário, com destaque para este item (artigo 12º)
380 para a próxima votação. **EM VOTAÇÃO: APROVADA.** Em análise o artigo 12º,
381 que trata da ponderação dos votos. Serão levadas a votação duas propostas.
382 Proposta 1 mantém o texto da portaria, ou seja 3/5, 1/5 e 1/5 e a proposta 2 é
383 a da paridade, ou seja 1/3, 1/3 e 1/3. **EM VOTAÇÃO:** Proposta 1: 02 votos;
384 proposta 2: 12 votos e 02 abstenções. **APROVADA a votação paritária. Item 2:**
385 Resultado das Eleições para Congregação do IA. A **Sra. Presidente** passa a
386 palavra para Vivien que destacou o item. **Vivien:** Eu destaquei pra reconhecer
387 um erro e pedir desculpas pra Profa. Heloísa, Prof. Luiz Monteiro, Prof. Paulo
388 Justi, Prof. Celso D'Angelo e Prof. Carlos Fernandes. Esta eleição será refeita,
389 provavelmente, porque, por um erro meu, a profa. Heloisa, que é da categoria
390 MA-II constou na categoria MA-I, o que fez com que ela tenha concorrido e
391 vencido a eleição numa categoria que não é a dela, não tendo tido a

392 oportunidade de concorrer na sua própria categoria. É um super erro,
393 reconheço, estou muito chateada com isso, mas infelizmente aconteceu. Este
394 erro só foi notado após quatro dias da eleição, por isso é que não consta
395 nenhuma referência nas atas. A Profa. Helena tem a opinião da Procuradoria
396 Geral a respeito pra nos informar. Eu destaquei este item, portanto, pra solicitar
397 a retirada de pauta das atas MA-I e MA-II porque se nós homologarmos estas
398 atas estaremos homologando um erro. Peço desculpas a todos por isso. **Sra.**
399 **Presidente:** Visto este esclarecimento, eu consultei a Procuradoria Geral sobre
400 qual seria o procedimento e a resposta é que não há outra saída a não ser
401 anular o resultado da eleição nestas duas categorias, a que a professora
402 Heloísa pertence e a que ela pertenceu anteriormente; porque ela foi eleita
403 numa categoria que não é a dela, mas se candidatou na categoria correta,
404 para a qual ela não foi eleita porque não constava seu nome na cédula.
405 Consultei inclusive a possibilidade de, caso a Profa. Heloísa abrisse mão de seu
406 direito de ser eleita, se a Congregação poderia homologar o resultado ao
407 menos da categoria MA-II D e MS-2, mas a PG me disse que não porque a
408 eleição está maculada e não cabe portanto homologação. Neste sentido nós
409 anularíamos a eleição das categorias MS-1 e MS-2, refazer a eleição, prorrogar
410 o mandato dos atuais representantes, retirar da pauta as atas destas duas
411 categorias, as demais nós podemos homologar. Coloco portanto em votação
412 a retirada de pauta das atas de fls.18 e 19. **EM VOTAÇÃO: APROVADA a**
413 **retirada de pauta.** Em análise a anulação da eleição das categorias MS-1 e
414 MS-2. **EM VOTAÇÃO: APROVADA.** Coloco então em análise a aprovação do
415 resultado da eleição da Congregação nos demais níveis e categorias,
416 conforme segue: MS-3 ou MA-II-F – Titulares: Professores Nuno César Pereira de
417 Abreu – 20 votos e Adriana Giarola Kayama – 19 votos, suplente: Prof. Roberto
418 César Pires – 10 votos; MS-5 ou MA-III-G e H: Titulares: Professores Eduardo
419 Duffles de Andrade – 10 votos, José Augusto Mannis – 10 votos e não haverá
420 suplentes por falta de candidatos. MS-6 ou MA-III-I: Prof. Paulo Bastos Martins – 2
421 votos e também não haverá suplência por falta de candidato. Representação
422 Discente: Titulares: Tainá Dias de Moraes – 54 votos, Thaís Barreto – 53 votos,
423 Elisangela Carvalho Ilkiu – 49 votos, Carlos Eduardo Canhameiro – 32 votos e,
424 Débora De A. C. Pacheco Borba - 32 votos, suplentes: Marina Alves Neder -
425 31 votos, Sérgio José Venancio Jr. - 30 votos, Gabriel S.S.L. Rezende - 28 votos,
426 Flávio Fernando Boni - 27 votos e Carolina Gomes Ferreira Giannini – 26 votos.
427 Representação dos Servidores Técnico-Administrativos: Titulares: Vivien Helena
428 de Souza Ruiz - 65 votos, Josias Jacinto do Prado - 49 votos e Celso Augusto
429 Palermo - 46 votos, Suplentes: Edson José Giordani - 37 votos, Maria Lúcia
430 Neves - 35 votos e Francisco Genézio F. Mesquita – 34 votos. Esta é a nova
431 composição da Congregação que toma posse após a homologação pelo
432 CONSU de 27 de maio. **EM VOTAÇÃO: APROVADO. Item 03** - Prestação de
433 Contas 2002 e Orçamento 2003. A Sra. Presidente passa a palavra ao Celso
434 Palermo que apresentou o destaque. **Celso Palermo:** Com relação a
435 prestação de contas de 2002 e previsão orçamentária para 2003, dá pra

436 entender o que está anexado mas não especifica a natureza dos gastos.
437 Gostaria de solicitar que tivéssemos uma prestação de contas e previsão um
438 pouco mais detalhada e não apenas os totais. Não estou lançando nenhuma
439 dúvida, é justamente para evitá-las que faço tal solicitação. A Sra. Presidente
440 informa que analisou a possibilidade de trazer a Congregação toda a
441 prestação de Contas, o que julgou inviável visto a quantidade de papéis que
442 isto representa por serem vários orçamentos: 5 de graduação, 3 da Pós-
443 Graduação, o de Custeio da Unidade, de Recursos adicionais extra-
444 orçamentários, sendo que alguns destes itens, por exemplo o PROAP, não
445 prestam contas a Congregação e sim à Pró-Reitoria. São trazidos à
446 Congregação para ciência da unidade. Todas estas informações estão
447 disponíveis na Secretaria da Direção. **Celso Palermo:** A Congregação é o
448 órgão máximo do instituto. A Comissão de Orçamento é assessora da
449 Congregação. Por mais que seja trabalhoso eu gostaria de ter idéia de toda a
450 verba que o Instituto de Artes recebe e ter noção de onde toda esta verba
451 está sendo gasta, pra possibilitar que, na Congregação eu possa decidir se
452 estas verbas estão sendo bem aplicadas ou não. Temos muitas demandas não
453 atendidas e temos que ter tranqüillidade de que as prioridades estão sendo
454 atendidas. Por exemplo, meu departamento recebeu do PROAP uma verba
455 de 57 mil reais em 2002, e eu estou trabalhando com equipamento sucateado
456 por falta de verba e tenho feito vários pedidos de troca de equipamento que
457 não é atendido por falta de verba. A Congregação tem que tomar mais pé
458 do que se recebe e se gasta neste Instituto. **Vivien Ruiz:** Eu proponho a retirada
459 de pauta deste item para que na próxima reunião todos tenham a
460 possibilidade de verificar a documentação que deverá ser trazida para
461 consulta. **Sra. Presidente:** Se a Congregação acredita que devemos trazer
462 todo o material nós trazemos, mas toda a documentação já esteve e ainda
463 está disponível na Direção. Podemos trazer uma prestação resumida mas que
464 dê maior visibilidade dos gastos. **Celso Palermo:** Eu acredito que esta
465 Congregação tem que assumir o seu papel e tem que ver o orçamento desta
466 unidade, ou a gente delega pra Comissão de Orçamento decidir. A gente
467 está abrindo mão de uma responsabilidade da Congregação. Eu acho que
468 mesmo o PROAP que tem que prestar conta à Pró-Reitoria, a Congregação
469 pode determinar o uso deste dinheiro a partir das prioridades. Eu gostaria de
470 entender. Uma coisa é prestar contas do que foi gasto e outra é decidir como
471 vai gastar. A Congregação tem competência pra isso e tem que assumir este
472 papel. **Prof. Rubens Brito:** Esta discussão é muito exaustiva. Já passou pela
473 Comissão de Orçamento que tem representação de todas as categorias e, se
474 todo o material estivesse aqui disponível ninguém ia olhar. Acredito que temos
475 condições de encaminhar isso agora. **Sra Presidente:** Quero lembrar também
476 que há um princípio vigente em toda a universidade que é de autonomia dos
477 diversos setores. Assim como não cabe a Reitoria determinar como o IA gasta
478 o seu dinheiro, nós temos este princípio também em relação aos setores,
479 então, cabe a Congregação definir critérios para elaboração e execução do

480 Orçamento Ordinário da Unidade, mas cabe a CPG determinar a política de
481 uso do PROAP, a CG a política de uso das verbas de Graduação e a Direção
482 o Custeio da Unidade. Temos levado esta discussão para a Comissão de
483 Orçamento respeitando a autonomia que cada um destes setores tem; os
484 coordenadores e as Comissões de Graduação no caso da graduação e a
485 CPG e as SCPGs no caso de Pós-Graduação. A Sra. Presidente consulta se há
486 uma proposta de retirada de pauta deste item. Confirmada a existência da
487 proposta, encaminha a votação pela retirada de pauta. **EM VOTAÇÃO:**
488 **APROVADA a retirada de pauta do item 03 para esclarecimentos.** A Sra.
489 **Presidente** consulta a Sra. Vivien se os destaques dos itens 08 a 14 e 2 e 3 da
490 pauta Complementar podem ser discutidos em bloco, ao que recebe a
491 resposta afirmativa. Em análise, portanto, os destaques dos itens 08 a 14 da
492 pauta e itens 2 e 3 da Pauta Complementar. **Vivien Ruiz:** O destaque tem a
493 mesma finalidade de quando discutimos aqui a ampliação de vagas. É a
494 defesa da Universidade Pública com seu caráter da gratuidade. A gente tem
495 aberto mão, a cada dia, deste caráter de gratuidade da universidade, do
496 caráter público da universidade, com pequenas ações a gente está
497 privatizando a universidade aos poucos e sendo parceiros nestas ações.
498 Existem Cursos de Extensão, é verdade, em todas as unidades, e é uma fonte
499 de captação de recursos. Isso é fato. Porém, temos que ter opinião sobre isso.
500 Eu acho que esta captação de recursos é nociva a universidade pública e
501 inclusive não contribui tanto pra universidade, contribui mais com o bolso do
502 professor que o oferece. Aprovando todos os cursos de Extensão que temos
503 hoje na pauta, a gente vai estar aprovando cinqüenta e um mil, oitocentos e
504 cinqüenta e dois reais pro bolso de quatro professores; pro IA dois mil,
505 oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos, e mais
506 novecentos e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta e oito centavos que são
507 passíveis de retornar ao IA através de projetos e outros meios, que Denilda
508 estava me informando hoje, que é o FAE. Mas, em suma, a gente vai estar
509 votando aqui, no máximo quatro mil reais pro IA e cinqüenta e dois mil reais
510 pra quatro professores, que são os que assinam as propostas dos cursos. Se
511 forem quatro professores e a gente pensar no semestre estaremos fazendo
512 uma complementação salarial, entre aspas, de dois mil, cento e sessenta reais
513 e quarenta e cinco centavos por professor. Eu acho que complementação
514 salarial não pode ferir o caráter público da universidade. São coisas distintas. A
515 gente está começando a campanha salarial, a gente tem que lutar por
516 salários melhores, a gente tem que ter aqui os melhores professores - muito
517 bem pagos, os melhores funcionários - muito bem pagos, a gente tem que ter
518 estrutura pra poder estudar, pra poder trabalhar, mas a gente não pode, por
519 conta de segurar os professores, abrir mão de princípios. É de novo a discussão
520 de princípios que a gente fazia naquela época, em dezembro passado. Eu
521 acho que o IA, que tem a capacidade que a arte já predispõe, que é você
522 conseguir olhar pro inteiro e não só pro seu mundinho, mas olhar o conjunto da
523 universidade, a gente pode ser um ponto de resistência a esta política. É isso

524 que eu estou propondo, que sejamos o ponto de resistência a esta política e
525 que não aprovemos os cursos de extensão, porque nós vamos estar
526 concordando com esta história da mercantilização, da globalização. Quem
527 viu a grande imprensa no final de semana, viu na Isto É uma reportagem que
528 falava de cursos de medicina, são tantos cursos particulares surgindo por aí,
529 porque os professores saem da universidade pública que paga pouco pra ir
530 pros cursos particulares, são tantos cursos aparecendo que tem médico que
531 não está apto a curar gripe. A gente tem a OMC discutindo a abertura da
532 legislação da educação pra que os cursos estrangeiros se estabeleçam no
533 Brasil sem preocupação com a legislação brasileira, segundo a folha de São
534 Paulo, e isso vai estar aprofundando ainda mais a mercantilização da
535 educação. A Universidade Pública tem que ser um ponto de sustentação ao
536 contrário disso. A gente tem que resistir a esta lógica. Portanto eu encaminho
537 contra a aprovação de todos os Cursos de Extensão por estes argumentos.
538 Prof. **Mauricy Martin:** Eu não estou duvidando dos números que a Vivien
539 apresentou, mas gostaria de esclarecimentos quanto a estes valores e o
540 porque desta porcentagem. **Vivien Ruiz:** Isto está nas planilhas que
541 acompanham a pauta. Vou localizar uma delas pra usar de exemplo. Na
542 página nove da pauta complementar tem uma planilha de custo. Professores:
543 inclui encargos: quatro mil e oitocentos reais. Serviços de terceiros: seis mil. Seis
544 mil e oitocentos de custo. Aí você vem pras taxas de FAE, PIDS e FUNCAMP,
545 que da FUNCAMP e FAE saem aquela possibilidade de retorno ao IA que eu
546 falei que é mais mil cento e cinqüenta. E pro IA que é o AIU, que é regra, cinco
547 por cento do valor do curso. Então a gente vai estar cobrando neste curso,
548 oitocentos e trinta e quatro reais de cada aluno, o professor fica com quatro
549 mil e oitocentos reais. Este curso é previsto pra um mês e não um semestre. O
550 IA vai ficar com trezentos e noventa e oito reais mais a possibilidade de retorno
551 das taxas de cento e quinze reais. A **Sra. Presidente** esclarece que os cinco
552 por cento do AIU foram definidos na Comissão de Orçamento no ano passado.
553 As unidades têm liberdade de cobrar de três a quinze por cento de AIU. Nós
554 optamos na época por cobrar cinco por cento, até porque, antes prevalecia a
555 tradição de pedir isenção das taxas e disso eu não abri mão. Quanto a
556 legalidade da cobrança dos cursos de extensão, eu solicitei um parecer da
557 Procuradoria Geral por indicação da reunião passada da Congregação e o
558 retorno está na página dezenove. O parecer diz o seguinte: A pedido da
559 Congregação do Instituto de Artes retorna ao expediente para que
560 indiquemos a legislação que permite a cobrança de taxa de alunos
561 interessados em cursos de extensão. Os Cursos de Extensão não são regulares,
562 não possuem obrigatoriedade de oferta pelas universidades, estando,
563 portanto, excluídos do conceito de ensino regular. A modalidade de extensão
564 está prevista no inciso quarto do Artigo 44 da LDB que define que os cursos de
565 extensão serão abertos a candidatos que atendam aos requisitos
566 estabelecidos em cada caso pelas instituições. O dispositivo acima reflete o
567 princípio de autonomia instituída no artigo 207 da Constituição Federal, motivo

568 pelo qual a universidade regulamentou a assunto através da instituição da sua
569 Escola de Extensão. Por não terem natureza de ensino obrigatório e regular, os
570 cursos de extensão buscam no autofinanciamento a possibilidade de sua
571 implementação e desenvolvimento, etc, etc. Este é o parecer da Procuradoria
572 Geral. **Gabriel Rezende:** Aqui no artigo 206 da Constituição diz que o ensino
573 será ministrado com base nos seguintes princípios, parágrafo 4: a gratuidade
574 do ensino público em estabelecimentos oficiais. Ele não categoriza que tipo
575 de ensino, se é o ensino fundamental obrigatório, e está bem claro no artigo
576 da Constituição. Então, se eles estão procurando brecha na Constituição pra
577 poder justificar uma postura política da universidade é um caso complicado,
578 pois tem uma discussão a ser feita aqui. Inclusive, pra quem vê uma tendência
579 de privatização da universidade, a Constituição de 67 já dizia que o poder
580 público substituirá gradativamente o regime de gratuidade no ensino médio e
581 superior pelo sistema de bolsas de estudos mediante a restituição que a lei
582 regulará. A Constituição de 88, prevendo a perda da democracia e do acesso
583 à universidade, já reiterou que o ensino será ministrado com base nos seguintes
584 princípios: gratuidade no ensino público nos estabelecimentos oficiais e isso vai
585 contra a lógica anti-democrática da constituição de 67 que prevê um ensino
586 tendendo a privatização. Se em 88 a gente já encaminhou contra isso pra que
587 voltar e regredir novamente pra esta tendência da privatização. Eu acho que
588 o parecer está confuso e é preciso discutir mais o assunto e eu peço a
589 desconsideração deste parecer, se possível, pra gente continuar discutindo.

590 **Sra. Presidente:** Gostaria de manifestar a minha opinião pessoal. No que pese
591 a preocupação que há, não cabe a nós, e nem acho que nós temos
592 competência pra discutir leis. Eu acho que a gente pode sim questionar, mas
593 aqui, internamente, nós temos que discutir se queremos ou não estes cursos de
594 extensão. Eu acho que para discutir a Constituição, o parecer da Procuradoria
595 Geral, que sem dúvida tem a ver, eu me sinto incompetente aqui neste local.
596 Se nós formos discutir se a Procuradoria Geral está procurando brecha ou não,
597 se tem ou não na Constituição é uma discussão que a gente tem que fazer em
598 outro local e não hoje aqui. **Sérgio Venâncio** passa a palavra ao **Paulo**
599 **Gouveia:** Em primeiro lugar eu acho que cabe sim uma pequena discussão
600 sobre este parecer. É óbvio que nós não somos advogados, a maioria de nós,
601 mas também, desde a reforma protestante já não se estabelece que os
602 iluminados são os únicos que podem interpretar os textos sagrados e a
603 Constituição, apesar da gente não ter aprendido advocacia, direito, dá pra
604 gente ler. Eu quero chamar a atenção pra uma incongruência fatal neste
605 parecer. Eu não quero aqui questionar a competência do Prof. Edson César
606 dos Santos Cabral, que é o Sub-Chefe do Dr. Octacílio, que também costuma
607 ter pareceres que, em geral, o Conselho Universitário vota contra inclusive. No
608 terceiro parágrafo ele diz o seguinte: a modalidade de extensão está prevista
609 na LDB. Ele está referendando o seu parecer, o princípio de legitimidade do
610 seu parecer é a LDB. No parágrafo abaixo ele diz o seguinte: o dispositivo
611 acima reflete o princípio da autonomia, que é do artigo 207. Ele diz: usando

612 da sua autonomia, a universidade regulamentou os cursos de extensão. Isso
613 não tem base textual. Ele está baseando seu argumento, supostamente, na
614 autonomia universitária, mas dando de barato que a universidade tem que se
615 submeter a LDB sendo que a LDB é abaixo da Constituição. A universidade
616 não é obrigada a seguir a LDB naquilo que ela confronta a Constituição
617 Federal. Já a autonomia da universidade vai até onde o texto constitucional
618 estabelece. Por exemplo, a universidade é autônoma, mas ela não pode dizer
619 que quem mata dentro do Campus não é passível de punição, porque esta
620 autonomia não lhe concede. O que restringe a autonomia da universidade é
621 o seguinte texto: é princípio do ensino da universidade pública a gratuidade.
622 Não fala se é regular ou não, se é curso de extensão ou não, até mesmo
623 porque na universidade, todos nós sabemos, se tem o hábito de chamar de
624 extensão tudo aquilo que a gente não sabe o que é. Mas aí eu vou concordar
625 numa coisa com a Profa. Helena Jank. Eu acho que a gente não precisa fazer
626 este julgamento total agora. Eu vou fazer a seguinte proposta. Eu sei que
627 precisa que alguém da Congregação referende esta proposta. É o seguinte:
628 que a gente suspenda a aprovação de todos os cursos de extensão
629 provisoriamente, vamos criar aqui um grupo de trabalho que organize um
630 seminário pra discutir a questão dos cursos pagos e taxas no IA, vamos
631 promover isso e tendo este seminário como subsídio a nossa discussão, nós
632 podemos reavaliar e dizer se o IA acha que deve ter ou não cursos de
633 extensão pagos. Mas enquanto esta discussão não for feita não cabe a nós
634 ficar aprovando curso por definição. Suspende todos e aí a gente vai tomar
635 uma decisão definitiva e sustentada a partir de um amplo debate que nós
636 precisamos fazer. A Sra. Presidente informa ao plenário que não há mais
637 quorum na reunião, não podendo, portanto, haver votação a respeito do
638 tema em debate. Prof. **Mauricy Martin:** Por incrível que pareça eu concordo
639 um pouco com o Paulo Gouveia. Eu, pessoalmente, não sou contra cursos de
640 extensão. Agora, baseado no que a Vivien falou, eu acho que a gente
641 deveria realmente parar e repensar. Não sou contra cursos de extensão desde
642 que fique muito claro pra gente qual o espaço, as atividades dos
643 departamentos que o curso será oferecido e que o retorno pro instituto seja
644 maior que o que está sendo no momento. Acho que cinco por cento é muito
645 pouco de retorno pro instituto. A minha posição é a seguinte: tiramos de pauta
646 no momento e deixo claro que eu não sou contra os cursos de extensão desde
647 que o retorno ao IA seja maior e desde que seja deixado muito claro pra
648 gente qual o custo que isso vai trazer ao departamento, no que diz respeito a
649 espaço, por exemplo. Se achar que não vai atrapalhar demais, tudo bem,
650 mas que haja um retorno maior que cinco por cento. **Celso Palermo:** Eu vou
651 fazer o papel do advogado do diabo. Você sabe que a gente lê as coisas e
652 interpreta da melhor maneira pra defender as nossas idéias. Se a gente for
653 pegar a Constituição nós vamos estar entrando numa instância que a gente
654 não vai poder resolver aqui. Isso é uma discussão pro Congresso Nacional, e lá
655 também diz o seguinte: que a única coisa que o Estado é obrigado a oferecer

656 gratuitamente é o ensino fundamental, nem o médio – é o artigo 208. Eu estou
657 usando isso pra exemplificar pra dizer o seguinte: a gente tem que ir pro
658 concreto. A discussão é a seguinte: politicamente isso é interessante ou não
659 pro Instituto de Artes? Esta é a questão. Se a gente for listar toda a legislação
660 não vai adiantar. Isso é um discurso legalista, burocrático, de advogado, e nós
661 não somos advogados, nós somos cidadãos e podemos tomar uma decisão
662 política aqui e o fórum pra isso é a Congregação e não um Seminário.
663 Seminário não é instância de decisão. Vamos assumir a discussão aqui. A
664 congregação é representativa o suficiente pra tomar esta posição. A nossa
665 discussão é política. Nós queremos ou não isso? Porque senão eu vou remeter
666 isso pro CONSU que foi quem regulamentou isso com sua autonomia. **Sra.**
667 **Presidente:** Eu quero lembrar o seguinte: estudando as planilhas destes diversos
668 cursos, nós estamos discutindo de uma só vez cursos de extensão que tem
669 características muito diferentes uns dos outros; um dos quais, inclusive, com a
670 finalidade de formar professores pra fins sociais. Tem outros dois cursos que são
671 pra hospitais, que são também fins sociais. Nós estamos também discutindo
672 cursos que tem um custo de cem reais por aluno até mais de mil reais por
673 aluno. Eu acho que a gente deveria ter o cuidado de não discutir tudo como
674 se fosse uma coisa só. Nós temos que diferenciar também o objeto que
675 estamos discutindo. Prof. **Mauricy Martin:** Como eu já disse, não sou contra os
676 cursos, mas tem uma planilha que fala em dois mil reais de custos de terceiros.
677 Eu não sei o que é isso. É como você está falando. Cada caso é um caso. Mais
678 do que isso, o que tem que ser feito é discutir caso a caso e uma discussão
679 tem que ser que todos eles terão que dar um retorno mais alto pra gente. Essa
680 é minha proposta. Discutir qual será o retorno pro instituto, independente do
681 valor de cada um. Estabelecer uma porcentagem e até que isso seja feito,
682 retirar de pauta as propostas. A **Sra. Presidente** reconhece na intervenção do
683 Prof. Mauricy uma proposta concreta de retirada de pauta das propostas de
684 cursos de extensão e uma determinação pela Congregação das taxas do AIU,
685 que podem variar entre três e quinze por cento. Esta é uma proposta a ser
686 votada. **Vivien Ruiz:** Eu quero fazer uma proposta que junte a preocupação do
687 Mauricy com a preocupação que Paulo levantou aqui. Quero propor que a
688 Congregação chame um Fórum de debates sobre extensão e que, a partir
689 deste fórum de debates a Congregação possa criar uma regulamentação da
690 Extensão no IA. Esta regulamentação vai dizer se o IA oferece cursos de
691 extensão ou não e em que termos, com qual taxa de AIU e etc. Que a gente
692 crie uma regulamentação interna do instituto, com base numa discussão sobre
693 o tema com toda a comunidade do IA. A **Sra. Presidente** informa que há,
694 portanto, duas propostas e lembra que o IA terá oficialmente uma Comissão
695 de Extensão com coordenador de extensão. Esta é uma proposta
696 extremamente positiva que esta discussão seja feita no âmbito da extensão.
697 Não temos quorum, portanto a reunião está suspensa, mas eu entendo como
698 uma proposta, que se faça de que este fórum sobre a extensão. Na próxima
699 reunião, necessariamente, este assunto vai voltar porque não foi votado, e até

700 lá a gente pode ter propostas mais concretas com relação a isso. A seguir, a
701 Sra. Presidente agradece a todos pela paciência e declara encerrados os
702 trabalhos, e eu, Vivien Helena de Souza Ruiz, Secretária da Congregação do
703 Instituto de Artes, lavrei e digitei a presente ata para ser submetida à
704 aprovação da Congregação. Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 29 de abril
705 de 2003.x